

Anexo V da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 29 de janeiro de 2018

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Rs
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	43.066.609,49	233.983,85	1.211.589,66	2.290,00	237.831,78	41.380.914,20	5.319.532,13	-	-	
Transferências do FUNDEB - 60%	6.989.553,03	3.233,59	4.728.855,89	0,00	2.257.463,55	-	-	-	-	
Transferências do FUNDEB - 40%	44.459.252,07	2.196.177,54	17.408.722,36	-	2.967.103,54	21.887.248,63	-	-	-	
Outros Recursos Destinados à Educação	125.417.391,70	369.051,09	6.532.158,72	-	738.695,51	117.777.486,38	10.744.330,71	-	-	
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	137.586.190,73	9.740.614,10	78.053.394,27	5.735.319,96	2.108.262,76	41.948.599,64	11.632.388,65	-	-	
Outros Recursos Destinados à Saúde	301.290.253,42	993.950,24	59.358.787,87	331.136,85	134.897,76	240.471.480,70	28.359.119,46	-	-	
Recursos Destinados à Assistência Social	9.935.233,55	3.302,20	248.931,22	0,00	460.657,55	9.222.342,58	184.377,17	-	-	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	130.331.293,51	-	-	-	78.595,30	130.252.698,21	1.303,72	-	-	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	3.101.084.964,91	-	-	-	247,32	3.101.084.717,59	4,88	-	-	
Recursos De Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e Saúde)	390.778.675,14	1.495.101,12	8.986.950,65	-	3.270.977,91	377.025.645,46	51.122.165,32	-	-	
Recursos de Alienação de Bens Ativos	4.678.181,43	483.705,75	9.720,00	-	-	4.184.755,68	1.044.136,37	-	-	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	850.088.178,10	3.778.660,03	26.602.000,26	1.214.195,85	79.817.058,05	738.676.263,91	71.429.868,47	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.145.705.777,08	19.297.779,51	203.141.110,90	7.282.942,66	92.071.791,03	4.823.912.152,98	179.837.226,88	-	-	
Recursos Ordinários	711.632.722,42	23.648.098,78	33.353.116,83	688.131,10	25.495.859,59	628.447.516,12	136.435.916,71	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	711.632.722,42	23.648.098,78	33.353.116,83	688.131,10	25.495.859,59	628.447.516,12	136.435.916,71	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	5.857.338.499,50	42.945.878,29	236.494.227,73	7.971.073,76	117.567.650,62	5.452.359.669,10	316.273.143,59	-	-	

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:
1 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 7ª Edição, nas colunas de "Obrigações Financeiras" do presente Anexo, não estão incluídos os Restos a Pagar Não Processados inscritos no Exercício de 2017. A Disponibilidade de Caixa Líquida com Recursos Ordinários, após a inscrição dos restos a pagar não processados de 2017 correspondentes, totalizam o montante de R\$ 492.011.599,41, conforme demonstrado abaixo:

Especificação	Valor (Em R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Recursos Ordinários	711.632.722,42
(-) Obrigações Financeiras - Recursos Ordinários	83.185.206,30
= Disponibilidade de Caixa Líquida - Recursos Ordinários	628.447.516,12
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2016 - Recursos Ordinários	136.435.916,71
= Disponibilidade de Caixa Líquida após inscrição de Restos a Pagar Não Processados de 2017 - Recursos Ordinários	492.011.599,41

- 2 - Na linha "Recursos de Alienação de Bens Ativos" estão sendo considerados os recursos pertinentes ao caixa do tesouro e aos fundos públicos.
- 3 - Nas linhas "Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário" e "Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro" não estão sendo contemplados as disponibilidades e obrigações financeiras contabilizadas no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), os quais estão sendo computados na linha "Outras Destinações Vinculadas de Recursos".
- 4 - Na linha "Outras Destinações Vinculadas de Recursos", está sendo computado o montante de R\$ 14.543,49 registrado na conta contábil "111110100 - Caixa" e o montante de R\$ 500,00 registrado na conta contábil "111110200 - Adiantamento para Fundo Fixo - CEASA".
- 5 - Os valores a repassar a título da DREM (Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios) pelas autarquias (R\$ R\$ 9.392.276,06) e fundos (R\$ 9.362.230,58), em 31/12/2017, foram considerados como disponibilidade de caixa bruta na linha "Recursos Ordinários".
- 6 - Em observância ao art. 36 do Decreto 4166-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo VI da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 29 de janeiro de 2018.
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	12.193.441.015,92
Receita Corrente Líquida Ajustada	12.192.822.215,92

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.280.028.563,93	43,30%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.974.482.885,80	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.675.758.741,51	46,55%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	2.120.355.938,41	17,39%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	24.386.882.031,84	200,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	46.423.641,64	0,38%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.682.557.023,50	22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	88.870.091,22	0,73%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.950.950.562,55	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	853.540.871,11	7,00%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total (inclusive RPPS)	316.273.143,59	5.452.359.669,10

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 - Em observância ao art. 36 do Decreto 4166-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.
 2 - Do montante de R\$ 5.452.359.669,10 demonstrado na coluna "Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício)" do quadro "Restos a Pagar", R\$ 628.447.516,12 refere-se aos "Recursos Ordinários"; R\$ 3.252.469.351,13 refere-se ao RPPS e o restante de R\$ 1.571.442.801,85 aos demais recursos vinculados do Poder Executivo Estadual.

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ
 CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
 Secretário de Estado da Fazenda

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
 Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
 Governador do Estado

Anexo IV da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 29 de janeiro de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	33.993.749,46	88.870.091,22
Interna	-	243.439,89
Empréstimos	-	243.439,89
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
Externa	33.993.749,46	88.626.651,33
Empréstimos	22.094.549,46	70.178.101,23
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	11.899.200,00	18.448.550,10
TOTAL (I)	33.993.749,46	88.870.091,22
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.193.441.015,92	
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	88.870.091,22	0,73%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	1.950.950.562,55	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.755.855.506,29	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	853.540.871,11	7,00%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Na linha "Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001", está registrado o montante dos ingressos ocorridos até o 3º quadrimestre de 2017 referentes à Operação de Crédito BID-PROFAZ.

2 - Em observância ao art. 36 do Decreto 4166-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo III da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 29 de janeiro de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$.

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	36.271.311,49	39.014.208,05	42.413.894,30	46.423.641,64
Aval ou fiança em operações de crédito	36.271.311,49	39.014.208,05	42.413.894,30	46.423.641,64
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	36.271.311,49	39.014.208,05	42.413.894,30	46.423.641,64
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.884.435.326,99	12.038.259.674,84	12.432.975.579,16	12.193.441.015,92
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,31%	0,32%	0,34%	0,38%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.614.575.771,94	2.648.417.128,46	2.735.254.627,42	2.682.557.023,50
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.353.118.194,74	2.383.575.415,62	2.461.729.164,67	2.414.301.321,15

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Os valores informados a seguir como "Contragarantia Recebida" não estão sendo considerados neste demonstrativo, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo):

Conta Contábil	Posição - Dezembro de 2016 Em R\$	Posição - Dezembro de 2017 Em R\$
711110102 - FIANÇAS	-	14.830.883,18
711110105 - SEGUROS-GARANTIA	-	103.538.301,13
711110109 - CAUÇÕES RECEBIDAS EM DINHEIRO	-	5.477.640,17
711110110 - OUTRAS CAUÇÕES RECEBIDAS	-	1.961.849,10
711110121 - AVAIS - A DETALHAR POR CONTRATO	8.510,40	8.510,40
711110123 - FIANÇAS - A DETALHAR POR CONTRATO	14.249.873,33	2.631.285,56
711110127 - SEGUROS-GARANTIA - A DETALHAR POR CONTRATO	127.611.350,20	28.151.229,69
711110108 - TÍTULOS PÚBLICOS	127.450,15	127.450,15
711110131 - CAUÇÕES - A DETALHAR POR CONTRATO	20.517.409,03	3.264.817,85
711110199 - OUTRAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	70.004,02	157.704,02
712110109 - CAUÇÕES	989.688,07	989.688,07

2 - Em observância ao art. 36 do Decreto 4166-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 29 de janeiro de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R\$ 1,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.807.102.346,43	6.797.542.427,49	6.673.396.969,35	6.758.528.459,12
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	6.521.176.582,51	6.524.076.848,68	6.468.206.440,75	6.568.855.202,32
Empréstimos	6.067.950.018,83	3.878.109.838,75	3.858.260.471,15	3.882.703.728,91
Internos	2.977.562.004,73	2.961.253.746,37	2.941.698.024,21	2.921.706.807,43
Externos	921.406.274,11	916.856.092,38	916.562.446,94	960.996.921,48
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	2.168.981.739,99	2.216.844.542,56	2.208.337.586,47	2.308.888.183,27
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	348.842.187,75	341.247.028,44	333.651.869,16	326.056.709,87
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	1.487.414,68	1.422.028,64	1.356.642,60	1.291.256,56
PIS/PASEP	347.354.773,07	339.824.999,80	332.295.226,56	324.765.453,31
De Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	104.384.375,93	87.875.438,93	67.956.513,97	51.206.580,27
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-	-	-
Outras Dívidas	285.925.763,92	273.465.578,81	205.190.528,60	189.673.256,80
DEDUÇÕES (II)	3.818.411.636,67	4.423.353.247,33	4.702.325.263,39	4.638.172.520,71
Disponibilidade de Caixa	2.341.263.036,12	2.883.613.862,56	3.212.540.017,62	2.650.570.822,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.618.327.485,02	2.970.562.539,84	3.279.835.104,07	2.930.257.588,29
(-) Restos a Pagar Processados	277.064.448,90	86.948.677,28	67.295.086,45	279.686.765,38
Demais Haveres Financeiros	1.477.148.600,55	1.539.739.384,77	1.489.785.245,77	1.987.601.697,80
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.988.690.709,76	2.374.189.180,16	1.971.071.705,96	2.120.355.938,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.884.435.326,99	12.038.259.674,84	12.432.975.579,16	12.193.441.015,92
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	57,28	56,47	53,67	55,43
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	25,15	19,72	15,85	17,39
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	23.768.870.653,98	24.076.519.349,68	24.865.951.158,32	24.386.882.031,84
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	21.391.983.588,58	21.668.867.414,71	22.379.356.042,49	21.948.193.828,66

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ¹	-	26.213.159,66	6.640.408,37	54.458.850,59
PASSIVO ATUARIAL	1.271.535.025,19	1.271.535.025,19	1.271.535.025,19	2.182.393.865,20
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	459.686.615,86	533.978.432,64	516.991.019,65	363.117.982,52
RP NÃO-PROCESSADOS	241.818.410,59	30.661.605,50	20.116.878,85	363.802.295,89
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-	-

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GEORG/SUFIC

1. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público e não contemplando o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS exceto no tocante ao montante de R\$ 1.271.535.025,19 demonstrado na linha "Passivo Atuarial".
- Em observância ao disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 7ª edição (pag. 554), na linha "Dívida Consolidada (I)" não estão sendo consideradas as provisões que representem o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado.
- Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.
- Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 (Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo).
- Os Valores Da Dívida Consolidada e da Dívida Consolidada Líquida, apresentados nas colunas "Saldo do Exercício Anterior"; "Até o 1º Quadrimestre"; e "Até o 2º Quadrimestre", diferem daqueles apresentados nos Demonstrativos da Dívida Consolidada Líquida referentes aos respectivos períodos, em virtude dos seguintes:
 - Exclusão, da Dívida Consolidada, do montante dos precatórios não vencidos, nos termos do disposto no §7º d o art. 30 da LRF e no §5º do art. 0100 da Constituição Federal, sendo R\$ 2.677.613,37 em 31/12/2016; R\$ 26.213.159,66 em 30/04/2017 e R\$ 6.640.408,37 em 31/08/2017, conforme registros constantes nas contas contábeis: "221110200 - Precatórios de Pessoal"; "223110300 - Precatórios de Fornecedores"; "228911600 - Precatórios de Outras Naturezas" e "211119300 - Precatórios de Pessoal".
 - Inclusão, nos Demais Haveres Financeiros, dos montantes referentes aos valores repassados ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo para pagamento dos precatórios, nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, conforme registros constantes na conta contábil "113110700 - Adiantamentos de Precatórios", sendo R\$ 147.212.926,86 em 31/12/2016; R\$ 149.601.952,29 em 30/04/2017 e R\$ 37.949.504,74 em 31/08/2017.
- Na linha "Demais Haveres Financeiros", colunas "Saldo do Exercício Anterior"; "Até o 1º Quadrimestre" e "Até o 2º Quadrimestre", está sendo considerado o montante de R\$ 23.848.024,27 registrado na conta contábil "113811000 - Valores Retidos em Garantia" referente a créditos da COHAB/ES.
- Na linha "Demais Haveres Financeiros"- coluna "Em 31/Dez/2017", não está sendo considerado o montante de R\$ 1.861.538,31 registrado na conta contábil "121110305 - Financiamentos Concedidos Via Agente Financeiro - BANDES (Exceto FUNDAP)", em virtude de tal aporte financeiro não ter sido realizado com recursos oriundos do orçamento fiscal e de seguridade social.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 7ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e decorrentes de outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218813002 - Depósitos Pendentes de Identificação - Detalhado por Fonte; 218815000 - Parcelamento de Dívida Ativa; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher, em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.
- Em observância ao art. 36 do Decreto 41666-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTÔNIO ROCHA LIMA GUILHERME
 Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
 Secretário de Estado da Fazenda

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
 Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
 Governador do Estado

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 29 de janeiro de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.754.586.976,11	3.158.213,29
Pessoal Ativo	3.360.080.257,24	2.219.519,37
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.244.453.331,17	83.746,97
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	150.053.387,70	854.946,95
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	477.504.914,00	211.711,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.717.332,36	25.057,44
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	14.296.829,67	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	59.780.203,06	185.345,43
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	394.710.548,91	1.308,60
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.277.082.062,11	2.946.501,82
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.193.441.015,92	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	(618.800,00)	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	12.192.822.215,92	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	5.280.028.563,93	43,30
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.974.482.885,80	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	5.675.758.741,51	46,55
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	5.377.034.597,22	44,10

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFIC

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2- Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em lei Limite de Despesa com Pessoal.

3 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R\$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	2.718.796,41
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	29.081,07
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	1.043.750,41
TOTAL	3.791.627,89

4 - As Naturezas de Despesa 319091 (Sentenças Judiciais) e 319092 (Despesa de Exercícios Anteriores) do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), são classificadas como Despesas não Computadas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

5 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas", está sendo computado o montante de **R\$ 1.787.810.632,32** (coluna "Liquidadas (a)"), registrado na Natureza de Despesa 319113-4780, referente à Contribuição Complementar realizada como despesa orçamentária pelo Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

6 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	394.710.548,91
+ Despesa Liquidada pelo Poder Executivo como Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS (ND 319113-4780)	1.787.810.632,32
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente por outros órgãos do Poder Executivo	61.932.149,94
Total	2.244.453.331,17

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.580.957.931,32
(-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes (Vide nota 7)	398.436.750,09
(-) Benefícios pagos com recursos oriundos da Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.787.810.632,32
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo)	394.710.548,91

7 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 7ª edição, pág. 519, foram excluídas do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, neste demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

Ação Orçamentária	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Financeiro (UG 600210)	397.556.830,12
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	36.946.234,07
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	37.780.286,21
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	61.452.881,81
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	251.631.655,16
Ação 0127 - Benefícios Previdenciários dos Cartórios não Oficializados do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	9.745.772,87
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Previdenciário (UG 600211)	879.919,97
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	716.290,14
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	163.629,83
Total	398.436.750,09

8 - O valor de R\$ 618.800,00 constante na linha "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)" foi obtido mediante o demonstrativo disponível no site eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (><http://tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, na opção "5 - Dados Consolidados", no tópico "Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais transferidas aos Estados").

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado